

## Aspectos sociológicos do mandonismo político no Brasil

João Gaspar Rodrigues ( \* )

“No Brasil(...) o problema político é função das agitações e tendências ocasionais, onde o êxito é o fator que decide da verdade e da justiça dos movimentos” (Costa Porto).

Sumário: 1- Introdução. 2- O caciquismo na política brasileira. 3- A gênese dos políticos oportunistas. 4- A índole dócil e contemporizadora do povo brasileiro. 5- Conclusão.

### 1- Introdução

Há no Brasil, em cada recanto de seu território, uma triste definição de político, retrospectivamente alimentada pela história. Para os limites dessa definição, o bom político é o esperto e sabido, que vive a imaginar golpes e contra-golpes, freqüentemente baixos, para o sucesso exclusivo do seu grupo partidário, praticamente único objetivo a atingir na atividade política.

Existe uma convicção cínica e hipócrita da primazia das artes de trapaçaria sobre a retidão de caráter, da predominância do intelecto sobre a moral e da esperteza sobre a sinceridade<sup>1</sup>. A astúcia, as eternas velhacarias, a ausência completa de consciência, eis o pano de fundo da política brasileira. Tudo, em suma, se encerra num amoralismo integral, numa espécie de legado imutável repassado às gerações de políticos e

---

\* Promotor de Justiça do Amazonas. Especialista em direito penal e processual penal pela Universidade Cândido Mendes/RJ. Coordenador e Membro do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público/AM. Autor dos livros: *O Ministério Público e um novo modelo de Estado* e *Tóxicos: uma abordagem crítica da Lei n. 6368/76*.

<sup>1</sup> E isso desperta no vulgo, e até em espíritos esclarecidos, uma atração hipnótica, pendular entre a estima pelo talento e o desprezo pela moralidade, como revela Stendhal: “Não posso viver com homens incapazes de idéias superiores, por mais virtuosos que sejam; preferiria cem vezes os costumes elegantes de uma corte corrupta” (*Lucien Leuwen*, t. I, p. 110).

dirigentes públicos desse país.

Fenômeno que prescinde do olhar telescópico de um bom observador para ser captado. Basta andar à tuna por alguns dias em qualquer vilarinho brasileiro ou esfolhear o denso livro da história. Sílvio Romero, o virulento crítico brasileiro, teve a infeliz idéia de militar no campo da política partidária brasileira, recebeu um duro e cruel ensinamento que, no mínimo, lhe ditou essas palavras no íntimo:

“Nossa experiência pessoal, desvendando-nos o meandro das torpezas, infâmias e misérias, que constituem em grande parte a chamada política partidária brasileira, que não temos motivos para supor mui diversa da política de outros países, mas que em todo caso se nos antolha medonha, ensinou-nos a conhecer melhor a trama dos caracteres, o lodaçal em que eles labutam mergulhados até o pescoço, enorme pélagos de lama que se formou durante perto de quatro séculos de realeza e escravidão. Sabemos hoje quais os atrativos que prendem ali os velhacos de todo gênero e quais os embaraços que repelem as almas retas, que recuam espavoridas, e seguram os ânimos tímidos que ficam, mas contristados.

É uma amarga experiência que não desejamos renovar, sem as mais seguras precauções, dando-nos por bem pagos dela, pelo serviço que nos prestou e que utilizaremos sempre que houvermos mister em nossos estudos e escritos”<sup>2</sup>.

Desgraçadamente, como diz Costa Porto, a vida partidária do país tem gerado o ambiente irrespirável da existência das cavernas, arrastando-nos à selvageria de bugres. O jogo partidário coloca em campos opostos menos homens separados por um ideal do que feras que se digladiam e se entredevoram. Dentro desta concepção, a discordância passa a ser crime para o qual não há perdão: enquanto o correligionário é modelo de todas as virtudes, o adversário resume a materialização de todas as misérias, até que uma adesão exerça o papel de banho lustral, apagando as manchas do pecado e do repúdio. Divergir é incorrer

---

<sup>2</sup> *Apud* Alexei Bueno e George Ermakoff, *Duelos no serpentário...*, p. 370.

em ódio e em condenação, a tal ponto que o adversário político se confunde com o inimigo pessoal e a linguagem corrente identifica, na mesma classificação, adversários e inimigos, através da sinonímia esdrúxula que repugna à verdadeira concepção do fenômeno partidário. Daí a melancolia das nossas lutas em que os debates doutrinários cedem lugar às retaliações pessoais, cuidando-se menos em ressaltar as virtudes do correligionário do que em acentuar as falhas daquele a quem se combate, no abastardamento de costumes que faz, de cada eleição, um pródromo de chacinas, os choques eleitorais lembrando ferozes encontros de florestas, com animais bravios trocando golpes de morte<sup>3</sup>.

## 2- O caciquismo na política brasileira

O político brasileiro, mormente aquele de paróquia, habituado à sujeição e ao servilismo fácil dos governados e dos eleitores, cuja palavra dita leis, tende a apresentar um caráter imperioso onde o mando absoluto embota todas as outras faculdades e sentimentos. É uma espécie de embriaguez que o faz se sentir um pequeno “deus”, um ser superior, um senhor de barão e cutelo, infenso ao controle e à responsabilização, autorizado a conduzir o povo como um miserável e passivo rebanho de ovelhas, como *coisas em jogo*! E é nisso que a maioria dos municípios brasileiros se converteu: num redil tiranizado por pagueiros irresponsáveis. E será ingenuidade imaginar que o interesse do pastor e o interesse dos carneiros coincidem!

Os indivíduos tornam-se aquilo que são na realidade. A reverência e o temor em relação a uma pessoa que desempenha um certo cargo político vão paulatinamente modificando a sua autocaracterização e, portanto, sua autoprojeção. Começa a convencer-se de que o temor reverencial é devido a si próprio, por direito, e que é na realidade um ser superior. Em consequência, o exercício do poder legítimo corrompe-se em amplo e

<sup>3</sup> Pinheiro Machado e seu tempo, p. 261.

incontrolável mandonismo.

Esse mandonismo infrene e essa obediência reverencial refletem um arquétipo muito primitivo, minuciosamente estudado por Max Weber. Os direitos de mando e deveres de obediência derivam da crença nos poderes e nas faculdades superiores e fora do comum de algum indivíduo. Sabendo disto por instinto, esses políticos carregam nas tintas, tentando demonstrar uma coragem de Hércules, uma inteligência incapaz de se aninhar em seus cérebros, uma moral jesuítica e uma atividade dinâmica, febricitante, como se fora extremado desvelo com a coisa pública. É dramaturgia, puro jogo de cena, como antigamente faziam os feiticeiros para, de igual modo, angariar autoridade e poder usufruir do doce prestígio da superioridade e do mando. Ambos tentam plasmar, o que Max Weber denominou de **autoridade carismática**, mas não conseguem consagrar de fato essa superioridade por suas aptidões, mas pela crença do vulgo.

A obediência cega e inconsciente do povo sempre se apoiou em representações primitivas, em práticas e ritos carismáticos. Até os tempos modernos, acreditava-se possuírem os reis poderes fora do comum, como o de curar certos tipos de doenças. Carlos II da Inglaterra tocou em cerca de 40.000 pessoas durante o seu reinado, a fim de curá-las de escrófula.

Montaigne conta que os primitivos mexicanos, quando elegiam rei, passando da escolha à adoração, pediam a este, até há pouco simples companheiro, sol e chuva, água e luz... É a mística do poder pessoal e onipotente.

Dessa representação sai o nosso caciquismo, o nosso tão conhecido mandonismo brasileiro, ora paternalista e protetor, ora agressivo e exclusivista, mas sempre asfixiador dos princípios democráticos na apertada camisa-de-força do individualismo e particularismo anarquizantes. É o mandonismo que sempre se encerra na figura de um chefe, que no período colonial era o senhor de engenho, no Império, o Barão e na República, o

bacharel. Daí decorre o hábito simplista de nossa gente de fazer depender de um homem o andamento, normal ou acidentado, de uma idéia, de um sistema ou de um processo político. Ou de fazer recair simbolicamente na figura de um chefe todos os males, buscando outro, que o elimine e personalize as novas aspirações e desejos.

A história política brasileira é pródiga em termos que, em última análise, são sinonímicos: mandonismo, caciquismo, oligarquismo, caudilhismo etc. O mandonismo ou qualquer nome que se possa dar ao fenômeno, não passa do exercício prático do **poder** sem a correspondente **autoridade**. Poder é a capacidade para influenciar uma pessoa de forma previsível. Autoridade é o poder ou a influência legítima, ou seja, a conversão de um fato em direito. A injustiça, a força e a violência excluem a autoridade. Por este sintético esquema, portanto, se o político age além de suas atribuições, sem autoridade, pelo mero deleite de mandar, estamos diante do mandonismo, do caciquismo, na sua forma mais primitiva, pois desprovida de controle.

A irresponsabilidade e a incontrolabilidade dessa escola política recebe seu emblema mais característico numa passagem histórica envolvendo o Marechal Floriano Peixoto. Em meio aos motins e sublevações que caracterizaram seu governo frente à presidência da República lhe disseram que o Supremo Tribunal concederia *habeas corpus* aos políticos e generais desterrados. Sua reação foi uma indagação carregada de ameaça: “E quem dará *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal?”<sup>4</sup>.

O poder constitui-se no conceito fundamental em ciência social, da mesma forma que a energia o é na física. As leis da dinâmica social são leis que só podem ser enunciadas em termos de poder, e tal manifestação não pode sustentar-se no recurso à força, porque, neste caso, deixa de ser poder, revelando sua fragilidade e fraqueza da sua constituição e sua predisposição estrutural a sucumbir em face das pressões do ambiente.

---

<sup>4</sup>J. de Castro Nunes, *Alguns homens do meu tempo*, p. 16.

Sendo o mandonismo político uma questão antes de tudo cultural, tende a alterar-se em harmonia com outras questões de cultura. O crescimento da alfabetização, o declínio da superstição, a preeminência da ciência, as crenças ligadas ao liberalismo e à democracia, a rica vida em associação do povo, tudo traz pressões sobre as velhas definições políticas. E por que esse mal persiste no Brasil?<sup>5</sup> Justamente porque ainda não conseguimos atacar com proveito todas essas questões. Ainda temos uma massa enorme de analfabetos, fetiches políticos em cuja presença ainda nos ajoelhamos para adorar, a ciência ainda não galopa à brida solta, a democracia é apenas uma noção mental e o nosso povo ainda vive apartado em inevitáveis particularismos, como que em obediência inconsciente ao revelho princípio do *divide et impera*.

A democracia ainda é entre nós mais pregada do que praticada, nome mais que substância, fachada mais do que edifício, símbolo mais do que vitória. O que temos no Brasil, infelizmente, apesar de todo o desejo ufanista em contrário, é uma democracia sem fé, sem alma, sem virtude, democracia de embuste, imbricada na engrenagem das velhas servidões, principalmente no interior recuado do país, espécie de *terra de ninguém*.

Uma saudável democracia, é a conclusão precisa que se impõe diante dos fatos retirados da realidade, requer a prevalência da soberania popular sobre a soberania do dinheiro; a altivez da consciência sobre a lamaceira dos interesses imediatos; a sobrançeria da dignidade sobre a abjeção do egoísmo e da má-fé. Viver num ambiente democrático sem sentir a lama nos pés, somente é possível acreditando na virtude e nos princípios que dela emanam, mantendo a vontade fora dos caminhos vulgares.

---

<sup>5</sup> Costa Porto, em seu já citado livro *Pinheiro Machado e seu tempo*, diz que as raízes do coronelismo, do caudilhismo, da chefia política, mergulham numa espécie de determinismo de nossa formação e não adianta discutir se deste fenômeno nos tem advindo bem ou mal, prevalecendo, antes, a conclusão de sua inevitabilidade (p. 60).

O que nos resta, como consequência desses fracassos, é o personalismo político brasileiro<sup>6</sup> que faz depender todos os anseios políticos do país da vontade de um chefe ou líder. Tudo - programas, idéias, projetos - é secundário, se não for personalizado na figura de um chefe político. O que vale é o chefe, é a sua palavra, é a sua idéia dirigente. Os destinos nacionais sempre estiveram nesta dependência e a história recente demonstra isso<sup>7</sup>. Se o chefe falta é preciso inventar outro ou descobri-lo rapidamente, sob pena de paralisar a nação em seus objetivos maiores.

Não é por outro motivo que a história política do Brasil é recheada de *florianismo, aciolismo, pinheirismo, hermisismo, ruismo, castilbismo, getulismo, malufismo, carlismo* etc., termos que evidenciam o caráter personalístico e restrito de nossos movimentos e idéias políticas.

A crendice política do povo alimenta esse personalismo, na medida em que pensa solucionar o problema mudando simplesmente de pessoas à frente da gestão política. Parece com a doente que forneceu a Dante uma dolorosa imagem, a doente que, dando voltas na cama, espera defender-se da dor. Julga, o povo, como essa enferma, curar ou aliviar o sofrimento, passando de cama para cama na enfermaria sufocante da política. A nossa doença política (o personalismo) é talvez mais grave do que a da doente dântica que, pelo menos sabe que o mal está nela e que mudar de lado ou posição só poderá conceder-lhe um fugaz alívio.

O povo, como diz o bom e velho Sêneca, é um péssimo intérprete da verdade - *vulgus veritatis pessimus interpretas*<sup>8</sup>. Mudar o pessoal dirigente cansado de rapinar por outro batalhão

---

<sup>6</sup> Esse culto da personalidade é uma herança do espírito ibérico, como demonstramos no artigo *O familismo amoral e as redes de parentesco: dominância social*, publicado na RJMPAM 6:274-342.

<sup>7</sup> Refiro-me ao falecido Tancredo Neves. Homem que incorporou em sua "pessoa" a conciliação nacional e que gritava a plenos pulmões seu desejo de ser o "Presidente da Conciliação Nacional".

<sup>8</sup> *De vita beata* 2.2.

mais ávido e menos gasto, que cedo ou tarde, aparecerá com igual defeito, por motivos semelhantes ou opostos, definitivamente não é a solução mais inteligente. A substância das coisas permanece tal e qual: uma liga ou confraria de pastores que conduz grandes rebanhos a seu talante e com proveito próprio. De pouco ou nada serve mudar os nomes, os protagonistas e os comparsas, porque sempre será o povo, qualquer que seja o caudilho de plantão, explorado, oprimido e sacrificado. De que adianta abater o leão para rastejar diante do lobo?

Humberto de Campos assimilou bem o sentido do nosso personalismo quando registrou em seu *Diário*: A história política do Brasil na República pode ser resumida num álbum de retratos. Figuras, figuras, figuras. Nenhum programa. Nenhuma idéia<sup>9</sup>. Partidos, grupos, bandeiras, programas, tudo vai terminar, em forma de síntese, na figura do chefe ou líder político. O poder político agregado em torno de pessoas, ao invés de princípios. No fim, o que nos resta deste espetáculo impreciso e vago, é uma democracia sem idéias e sem ideal sobreposta a um povo sem consciência política.

E como a política brasileira não se funda em princípios, é fácil verificar a transigência, a composição, a negociata com os altos interesses sociais no círculo estreito do interesse pessoal. Esse espetáculo pouco lisonjeiro reduz a sabedoria política à arte da transação, recepcionando como dogma as palavras de Pinheiro Machado (político que encarna a expressão mais acabada do mandonismo e da liderança unipessoal que esse país já conheceu): “Um político nunca deve recusar um acordo”.

Quando há um programa, não passa de um amontoado de palavras mais ou menos bem combinadas, que têm sempre por fim ocultar aquilo que se pretende fazer<sup>10</sup>; é um verbalismo tropical que segue tardiamente a lição do pérfido

---

<sup>9</sup> *Diário secreto*, II/58.

<sup>10</sup> É como diz o personagem de França Júnior: “E o que tem as idéias com o programa, e o programa com as idéias?” (*Como se fazia um deputado*, p. 44).

126 - *Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas* v. 7

diplomata francês Talleyrand: “A palavra foi dada ao homem para que dissimulasse seu pensamento”<sup>11</sup>.

O nosso espírito de clã, nosso tribalismo - diz Munhoz da Rocha -, em que é indispensável a figura paternal do chefe, justifica as decisões mais arbitrárias, e justifica sinceramente, refletindo uma atitude emocional diante dos correligionários que é preciso, acima de tudo, amparar, assistilhes ou não razão<sup>12</sup>.

Certamente não é difícil gizar o gérmen dessa qualidade em nossa formação sociológica e histórica: jaz na supremacia da família rural, da Casa-Grande, do dono dos grandes sesmos, onde a grandeza, o poder, a força que servem de pedestal à autoridade de fato, encerram-se na figura do grande proprietário rural e chefe de família. É um arranjo social e econômico que no futuro servirá de base ao político.

A grande propriedade delinea a fisionomia da formação brasileira, tendo a Casa-Grande como grande e ativa força agregadora das atividades da colônia. A respeito diz Gilberto Freyre:

“A Casa Grande completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto aos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo)”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> E. Tarlé, *Talleyrand – um diplomata da burguesia em ascensão*, p. 03.

<sup>12</sup> *Apud* Costa Porto, *Pinheiro Machado e seu tempo – tentativa de interpretação*, p. XV.

<sup>13</sup> *Apud* Costa Porto, *Pinheiro Machado e seu tempo...*, p. 21.

### 3- A gênese dos políticos oportunistas

O político superior<sup>14</sup>, recheado das qualidades que a história registra como componentes indispensáveis aos grandes estadistas, apresenta uma qualidade sobremodo importante na arena eleitoral: a coragem da aventura política. Um impulso explícito para o poder (que, nos tímidos, sectários e oportunistas, se revela implícito, reticente, dissimulado). É destemor medido, cauteloso, calculado, planejado. Se atira ao projeto político com a confiança inspirada por seu estofo moral e intelectual. Já traz um patrimônio moral consigo, não dando margem à política de desvirtuar suas convicções e princípios, não obstante a flexibilização razoável diante das exigências dos fatos. Dentre os principais móveis propulsores de sua ação política, está a glória de servir à comunidade e à sua gente, inscrevendo seu nome na história como referência para a posteridade. É desprovido de interesses pessoais? Não. Mas são interesses legítimos e conexos com os da coletividade. Tais interesses pessoais legítimos, em todas as atividades humanas e não apenas na política, são um incentivo natural para se praticarem grandes atos em proveito da causa comum.

O grande sonho da humanidade é ser governada por homens sábios, competentes, virtuosos. Uma espécie de *gouvernement des meilleurs*, a que se referia Boissy d'Anglas, em 1793. Há uma incompreensão, já secular e universal, de como uma tarefa árdua e complexa de ditar leis aos indivíduos e dirigí-lhes para o bem comum, possa ser confiada aos mais medíocres, ao invés dos mais sábios, dos mais capazes, dos mais virtuosos. Na democracia, parece, tende a predominar a lei do número, do quantitativo e não do qualitativo, resultando em opções contrárias

---

<sup>14</sup> O Brasil, infelizmente, não apresenta atmosfera favorável ao surto de homens de elevada estatura moral e política, com visão de conjunto e sentimento da terra. Vive-se, na verdade, uma geral demolição de caracteres. Por isso, o político superior surge com a rareza dos eclipses solares, como benefício da natureza pródiga e não como produto plasmado pelo meio social. Ou, como diz Castro Nunes, por uma "conspiração de circunstâncias, um bambúrio inesperado" (*cit.*, p. 123).

aos ideais de perfeição da humanidade<sup>15</sup>, num democratismo resvaladiço para a demagogia ou populismo. E neste cenário descolorido, em preto-e-branco, o homem superior é marginalizado em sua própria pátria, resolvendo-se a democracia numa mediocracia.

Veza ou outra se consegue vislumbrar o embrião de uma *democracia numérica*. Mas o número é um fato, uma força, a maioria: não é idéia; pode ser uma expressão brutal de ignorância; e é incapaz de governar sem o bom senso, a justiça, as leis. Democracia não é o governo do *número* (dizia Clemenceau, em 1908). É necessário que seja o governo da razão, em que a maioria não silencie a minoria, dado o direito que têm todas as opiniões de participar dos corpos legislativos, da ação administrativa, da vontade nacional. Ou – mudados os nomes – as maiorias de um dia seriam tão tirânicas quanto os antigos reis (cf. Pedro Calmon, *História da idéias políticas*, p. 299).

Mas não serão jamais os filósofos, ensina Castro Nunes (1957:21), os sábios de gabinete ou de laboratório, os cientistas, não serão esses os condutores de cada comunidade nacional, senão os homens de ação pragmática, com as idéias do momento e os meios e soluções apropriadas à conjuntura. Os adaptados, em suma, às circunstâncias, sem compromissos definitivos com idéias, e rebeldes à lógica, se esta lhes embaraçar os movimentos. Ou como dizia Rui Barbosa: “Os que governam, os que hão de governar sempre o mundo não são os rigoristas da lógica, mas os oportunistas da incosequência”. O meio político é expletivo dessas individualidades marcantes, que, possuindo talento e brilho intelectual, não possuem, no entanto, certos atributos que condicionam o sucesso na atividade política.

---

<sup>15</sup> É o espectro da degenerescência que ronda os regimes políticos, de que já falava Aristóteles, em sua *Política*, impondo à opção democrática a sua vertente corrompida: a *oclocracia* (o governo do número, das multidões).

Na comédia grega *Os cavaleiros*, de Aristófanes, diz-se que “levar o povo não é tarefa de homem instruído e de bons costumes, mas de ignorante, de tolo...”. E por que tal fenômeno? Isso porque os filósofos e os indivíduos sábios imaginam os homens não como são, senão como devem ser, enquanto os políticos sabem perfeitamente o que neles podem as paixões, a corrupção, a fantasia.

Há homens que por já terem criado uma reputação e um nome respeitável em determinada atividade ou profissão, consagrados pela comunidade ou pelo estreito círculo familiar, não se aventuram a ter tais conquistas conspurcadas ou solapadas pelo embate eleitoral. São os tímidos, os satisfeitos com o pão de cada dia fermentado com o suor da probidade.

O receio é justamente de prestar fidelidade a compromissos partidários e com o substrato de honra e probidade pessoal se ligar a projetos políticos que na vida privada não seriam adotados. O ambiente estreito de nossa vida política explica, muitas vezes, o fenômeno de grandes inteligências que se atrofiam quando deslocadas da atividade livre, onde brilham, para a intolerância inibidora do caciquismo partidário, como diz Castro Nunes.

Há tempos dizia um notável homem de letras brasileiro que ingrata profissão é a probidade. Em contágio com o vício triunfante, exposta à indiferença quando não ao motejo público, sem a mútua adesão, os homens honestos temem-se às vezes de sua própria consciência. Evidência que inspirou o tão conhecido quanto repetido desabafo de Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”<sup>16</sup>. Ou os célebres versos de Heine: *Por que o justo carrega, ensangüentado, sua cruz, / Enquanto o injusto recebe, em toda parte, honra e glória?*

Mas o absenteísmo, muito ao gosto dos pusilânimes,

---

<sup>16</sup> *Apud* Luís Viana Filho, *A Vida de Rui Barbosa*, p. 347.

cuja máxima filosofia de vida é salvaguardar a própria pureza, fugindo sistematicamente das tentações da dura realidade, não é remédio eficaz no balcão da política. Prova-se a virtude no meio da luta. A sociedade não é um templo bizantino ou uma assembléia de evangelistas. Onde está o mérito de quem não sai ao combate com os seus graúdos apetrechos intelectuais e humanos, ficando em doce e sossegada resignação? Entrar na arena onde se desenrola o combate político, terçar armas, seja pela palavra falada ou escrita, em tempos tão difíceis, se não é heroicidade, certamente representa o cumprimento elevado de um dever.

No espaço deixado entre os destemidos (e determinados) e os timoratos, insinuam-se os oportunistas, aqueles indivíduos que, nascidos para a obscuridade e a mediania pelos escassos talentos atribuídos pela Providência, vêem, com os olhos da cobiça, a oportunidade de enriquecer, de criar nome e gozar o mando fácil de uma massa de indivíduos crédulos e obedientes. São os que podem tudo ousar, sem limites ou responsabilidades, já que nada têm para perder.

A cegueira da sorte, a conveniência dos partidos, a submissão inconsciente do povo, o abatimento de vontades imprecisas, o desânimo e a descrença dos homens capazes, atiram sobre a política essa escória maldita e destrutiva, que se serve dos homens como instrumentos cegos, lisonjeando suas ambições, especulando com suas paixões, abusando de sua ignorância e oprimindo sua consciência. Indivíduos comuns, muitas vezes nem isso, num átimo se transformam em grandes vilões incensados pela massa volúvel e insensata, sequiosa para seguir líderes e para enconcar-se em mesurices.

Esses oportunistas normalmente são indivíduos sem expressão alguma, peças inúteis do xadrez social, mas como o réptil traiçoeiro, sabem aproveitar quando o momento é propício a um golpe de sorte. Neles, o senso de oportunidade é quase uma segunda natureza. Em regra, são analfabetos (*orgânicos* ou *funcionais*), descerebrados, pérfidos e prepotentes, e vêm à arena política montados num caudal de mentiras, de falsidades e de

calúnias. Qualidades convenientemente disfarçadas sob um manto de mansidão, simpatia e paternalismo risonho e amigo<sup>17</sup>. À falha de caráter tentam remendar com uma simpatia populista tão refalsada quanto as panturrilhas de Almeida Garret!<sup>18</sup> E uma vez alcançado o objetivo que gratuitamente se lhes deparou, seguem na vida política como surgiram, parasitariamente, lutando nas trevas, com o dinheiro, com o terror, com a astúcia raposina.

Essas falsas qualidades ofertadas pelo embusteiro político (infalibilidade, força, simpatia, paternalismo etc), na verdade, são práticas carismáticas, que ele se vê forçado a manter, porque esse é o meio, como diz Weber, de proteger os seus próprios privilégios, inclusive a riqueza e o poderio frente à massa obediente. Com o tempo, a persistência desses dons invulgares generaliza-se para uma espécie de adoração à sua (falsa) superioridade<sup>19</sup>. Mas o seu prestígio não passa do somatório das boas idéias que a massa faz a seu respeito, e será tanto mais intenso quanto maior for o grau de incultura do povo.

Tais indivíduos que surgem oportunisticamente no cenário político, assemelham-se a um conhecido cipó amazônico, o mata-pau<sup>20</sup>, a terrível falsa-parasita, que nasce junto à raiz das grandes árvores, débil, a princípio, como um fio de linha e, crescendo em espiral, enrosca-se no tronco, engrossando em formidáveis cordoveias, cingindo-o apertadamente, vincando-o até o cerne, constringindo-lhe o caule a pouco e pouco, impedindo a circulação da seiva, estrangulando-o, asfixiando-o e impondo-se, por fim, arrogante onde se agasalhara humilde, conservando

---

<sup>17</sup> Sob disfarce, o vício se alimenta e persiste, dizia Virgílio - *alitur vitium vivitque tegendo*.

<sup>18</sup> Diz-se de Almeida Garret, famoso escritor português, que usava panturrilhas postiças - cf. Medeiros e Albuquerque, *apud* Humberto de Campos, *Antologia da Academia Brasileira de Letras*, p. 289. Aliás a vaidade de Garret é proverbial, induzindo-o a falsificar o registro de nascimento para parecer mais jovem - Gomes de Amorim, *As duas fiandeiras*, p. 18.

<sup>19</sup> Coragem, bravura, desassombro, atos de grandeza, são qualidades que exaltam qualquer político perante o vulgo. Daí porque, os políticos oportunistas carregam nas tintas, conseguindo aliar ao apoio amigo o contra-freio do medo.

<sup>20</sup> *Planta facinorosa*, no dizer de Monteiro Lobato (*América*, p. 67).

dentro das suas roscas formidáveis os destroços da árvore triturada.

Ou talvez caia melhor na descrição deste espécime da política nacional, os traços com que um famoso tribuno modelou uma figura dos primórdios da República: há um gênero de ambição inerte e retraída como certos répteis, que se enroscam na obscuridade, à espreita da ocasião que lhes passe ao alcance do bote. Os indivíduos dessa família moral, silenciosos, escorregadios e traiçoeiros, passam às vezes a maior parte da existência quase ignorados, até que a oportunidade fatal os favoreça. Então o instinto originário lhes desperta as faculdades dormentes, a espinha desentorpecida coleia-lhes sob as descargas de um fluido sutil e vêem-se esses preguiçosos, esses flácidos, esses sonolentos desenvolver inesperadamente a distensibilidade, a flexibilidade e a tenacidade das serpentes constritoras<sup>21</sup>.

Tanto na natureza como na política, os frágeis iniciantes, tornam-se, com o tempo, robustos parasitas soltos no espaço social, vivendo da morte, fartando-se à custa da fome e lucrando com a pobreza e miséria de muitos. E como a impulso de mola, voltam-se para a intriga, o embuste, a farsa, a cavilação, o crime, como instrumentos ordinários de obter os fins políticos. Não articulam palavra que não seja uma mentira; não dão um passo que não seja um finca-pé para uma capoeiragem. Nesse brumoso ambiente, eles se sentem à vontade, sem hesitações ou receios de espécie alguma, felizes e satisfeitos como o suíno em sua esterqueira ou a toupeira em sua lura abafadiça.

Apresentam ainda um robusto instinto de conservação, sempre alerta, como que dotado de uma bússola, onde de maneira quase sempre infalível permite discernir donde os ventos da conveniência e da oportunidade sopram, para por-se ao lado da força, e seguir-lhe o curso, sem sobressaltos ou perigos. O lema de Maquiavel de que “para atingir um objetivo todos os meios são bons, desde que ele seja atingido”, para eles

---

<sup>21</sup> Descrição feita por Rui Barbosa de Floriano Peixoto, famoso pela sua fleuma castrense.

é filosofia bem fundamentada. E as sucessivas alianças, a facilidade com que mudam de parceiros, abandonando os amigos de hoje para acumpliciar-se com os inimigos de ontem, para ganhar o combate do momento, revela que a ensinança é bem assimilada.

Mergulhado na envilecida prática política, o politiquero torna-se um autômato moral condenado a representar ao vivo e em todos os momentos, num palco improvisado, o papel de protagonista infalível em uma peça composta pela massa ignara e recrutável que o acompanha e o apupa. Montado o palco, a ele fica preso o ator, reproduzindo o mesmo papel se quiser manter viva sua carreira. Esse é o preço pago pelos politicastos sem outro lastro a forrar-lhe a vida política que não seja a mentira, a fraude e o embuste<sup>22</sup>. Desses três vetores saem-lhe a matéria e a substância com que constroem o seu edifício político e educam as massas. Interesse público? Social? Justiça social? São, simplesmente, belas locuções para cair discursos e programas de ocasião, cujo único propósito é seduzir o eleitor e extorquir-lhe a vontade, alacaiando-o e acaudilhando-o aos seus desejos<sup>23</sup>.

Somos prisioneiros de nossa experiência. E como o item mais importante de nossa experiência é conquistado mediante o esforço gasto na luta pela vida, a maneira pela qual lutamos nesse sentido é que forma, mais profundamente, nossa noção quanto às coisas que são realmente necessárias. Assim, o político de paróquia, habituado a lutar terçando as armas da mentira, do engodo e da solércia, jamais compreenderá a altaneria do puro processo democrático. Ao contrário, acreditará, sinceramente, que política é assim e só por esse modo se faz. Uma prática política coerente com os mais altos e destacados princípios democráticos depende de um conceito de generosidade

---

<sup>22</sup> Uma pergunta ainda sem resposta: tais monstrenhos são criaturas das massas impolíticas e incultas, ou são criadores delas? De toda sorte, uma coisa é certa: o povo tem o governante que merece, como recompensa à sua vileza ou superioridade.

<sup>23</sup> De acordo com lição de psicologia social, as possibilidades de manobrar as pessoas são quase infinitas.

e bondade inexistente no íntimo desses abastardados políticos<sup>24</sup>.

Esses dirigentes políticos fazem que uma vez ou outra falte o pão à mesa do povo governado; muitas vezes a liberdade; quase sempre a justiça; mas nunca são econômicos de palavras altissonantes e de discursos entusiásticos. Ou seja, o povo experimenta toda sorte de privações – de ordem, de mantimentos de boca, de honestidade, de honra – mas nunca lhe falta oratória e palavras de belo ritmo, gratas à ingenuidade dos simples e à arte dos trapaceiros. Enquanto os políticos romanos distribuía *panem et circenses* – pão e circo -, os nossos políticos de paróquia distribuem com igual abundância duas coisas apenas: esperança e discursos. Esperança para evitar o descontentamento, discurso para enganar.

O político não é senão o papel, um dos papéis, que o homem representa na vida, diz Joaquim Nabuco<sup>25</sup>. E o tipo de político que vimos de traçar o perfil, via de regra, é ótimo ator e prestidigitador – um misto de comediante e ruminante. Debaixo da mansidão protocolar, sabe ocultar as nódoas de sangue; as garras aduncas e rapinantes retraem-se como as dos felinos; a pele de raposa é encapotada no esplendor das vestes domingueiras. Polui, enfim, como as harpias míticas tudo aquilo em que toca.

O raio de ação política de tais indivíduos é curto e rastejante como o colear da serpente. Seus efeitos são transitórios, fluidos e estéreis para a posteridade, pois não perduram além das necessidades ruidosas do estômago<sup>26</sup>, sendo

---

<sup>24</sup> Essa casta política não conhece bem o que seja “convicção” ou “consciência”, embora, às vezes, ouça falar dessas coisas por alguns que lhe cerca, e julga que esses curiosos atributos da natureza humana podem ser muito úteis, não para quem os possui, mas para quem esteja ligado ao possuidor.

<sup>25</sup> *Balmaceda*, p. 158.

<sup>26</sup> Em suas *Cartas aos Homens do Papa Celestino VI*, Giovanni Papini diz: “Não é já a mente que dita a fala aos homens, mas as vísceras inferiores. Falam, na maioria, os borborinhos do ventre, as cólicas do fígado, os furores do útero e os ímpetos do sangue” (p. 18). Em regra, não há outros móveis à ação senão a fome do estômago, as exigências dos sentidos, os impulsos das paixões, o choque dos interesses e das vaidades.

incapazes de resistir à pressão do tempo e dos acontecimentos. Em torno de seus nomes processa-se o vácuo, ninguém lhe recordando a obra, ignorando, quase, a própria existência. Isso porque os que se apóiam nos interesses individuais perdem a influência quando desapossados do poder que as satisfaz. São lembrados mais pelas maldades e injustiças que cometeram ao longo da vida, que pelo trabalho construtivo (e produtivo) para a comunidade e as gerações presentes e futuras. Seu nome será disputado antes pelos cronistas policiais que pelos historiadores, pela reincidência na loucura e em delitos inúteis. Com efeito, não se pode de um político vil, fisiológico, oportunista, ímprobo, exigir mais que o esquecimento como recompensa por todo o pranto, sangue, ódio e desassossego protagonizados por suas nefastas ações. É coisa fácil para o povo passar do temor ao ódio, da obediência ao desprezo e do apoio ao esquecimento.

Suas ações, por este modo, são tristes e incapazes de um estímulo apto a plasmar um espírito coletivo em torno de aspirações elevadas e permanentes. Ao contrário, seus atos e movimentos esterilizam e cloroformizam a consciência coletiva pelo contágio do mau exemplo. Algum entusiasmo que possa causar encerra-se no estreito círculo de uma facção ou grupo sectário. Camarilha esta, completa e essencialmente dissociada do interesse geral da comunidade, mas que busca retoricamente – numa retórica de convenção – por-se na posição de defensora de seus anseios como forma de legitimação simbólica. Na verdade, são mercenários, pois só mercenários se arregimentam em torno de um grupo pelo suborno, pela promessa de empregos e lucros<sup>27</sup>.

Nenhum indivíduo – chame-se rei, tirano, autocrata, déspota ou César – consegue mandar sozinho, sem a ajuda ou a cumplicidade de um bando de sequazes e defensores. O manda-

---

<sup>27</sup> É regra na política brasileira, apesar dos formais limites legais e constitucionais, considerar os empregos públicos como despojos de guerra à disposição dos vencedores. Dá-se então o que antigamente se chamava de *derrubada*, ou seja, toda uma massa comissionada é expelida, para atender compromissos e premiar dedicações partidárias.

chuva não pode manter-se e durar se não estiver cercado pela camarilha dos favoritos que lhe justificam ou defendem o poder: toda a gente ávida que pensa mais na carreira pessoal do que na fortuna ou desgraças da coletividade<sup>28</sup>.

Julgam esses políticos serem amados pelo povo quando são tolerados, temidos quando são odiados, celebrados quando são adulados. Como podem ser admirados ou respeitados, ou até mesmo amados, se o poder que exercem, quase sempre se apresenta ao povo com o aspecto de intimidação, de ameaça ou de castigo? Os efeitos de suas ações só são conhecidos sob a forma de polícia, de exator do fisco, de requisitante, de proibidor, de perseguidor. E mesmo os aliados servis que os rodeiam, que gritam o *morituri te salutant*, estão menos para servir do que para explorar, enquanto alimentam a ilusão de poder.

Certos aliados (melhor seria dizer *cúmplices*), enquanto repartem o pão da fraternidade partidária, sonham com a possibilidade de “dar o tombo” no beneficiário de ocasião, originando-se daí, na política de confraria, a crueza em tratar os adversários, em destruir os inimigos, que, vencendo, não têm compaixão nem piedade.

Ingenuidade. Assim se traduz a crença do politiqueiro de ocasião de que é amado pela massa ignorante e indistinta que lhe segue os passos. O caboclo do interior é muito mais astuto e solerte do que se imagina, segue os favores do cargo político, não enxerga o indivíduo. A adesão, o apego, o entusiasmo, é pela chefia política personalizada num indivíduo, não por ele em si, peça descartável e facilmente substituível.

O povo, principalmente do interior mais recuado do país, é desinteressado pela discussão dos negócios públicos, sempre se posta ou nos bastidores, numa atitude absenteísta, ou nas arquibancadas, vivendo as pirotecnias políticas. As idéias, se as há, se prendem, em regra, às necessidades imediatas da

---

<sup>28</sup> Giovanni Papini, *cit.*, p. 138.

vida. Talvez seja por isso, um tanto injustamente acredito, que se diz que a vida da roça arredonda a barriga e estreita o cérebro. O certo, todavia, é que seu pouco desenvolvimento intelectual não permite que se enxerte nele aquele saudável espírito crítico<sup>29</sup> e público que impede a eclosão e a sobrevivência dos famigerados répteis da politiquice paroquiana, de cuja bandeira política surgem os maiores problemas enfrentados e suportados por essa gente. A inconsciência do povo, em última análise, põe à solta o *homo homini lupus*, cujas coordenadas sociais resumem-se no devorismo insaciável e na rapinância incessante.

A origem de muitos males profundos e crônicos do Brasil procede da orientação criminosa e orquestrada com que se tem abandonado o interior à sua própria sorte, todas as energias, todos os olhares e vontades produtivas convergindo para os centros urbanos, para as capitais. O interior só tem servido para produzir uma massa manobrável de eleitores submissos e inconscientes, que alimenta e estabula a politicalha local.

Mesmo esse esquema sociológico não é absoluto, não traduz totalmente a verdade responsável pela dinâmica da política brasileira, pois por baixo dessas camadas mais visíveis da própria civilização urbana e de massas de hoje, como diz Pessoa de Morais, ainda existe entre nós um forte acervo rural e patriarcal (para não dizer *familístico*), mesmo nos redutos citadinos. E isso porque o peso específico da massa social do país é dado pelo homem de formação agrícola. Muitas de nossas próprias capitais ainda são, na maioria dos casos, em grande parte, um prolongamento das conversas de barbearia e de farmácia, de mesa de bar ou clube

---

<sup>29</sup> Esse espírito crítico, fruto de uma elaborada capacidade de reflexão, não se confunde com o mexerico, a palraria, a intriga e o jogo comadresco da maledicência. Ou a “fuxicaria maledicente de cidades pequenas”, no dizer de Luís Jardim (*O meu pequeno mundo*, p. 146). De plano, elimina-se aqueles conhecidos e folclóricos indivíduos adeptos do denunciamento partidário, revelador de um tenebroso sentimento de vingança ou o espasmo convulso de orgulho e inveja. A *desbestialização* e a *desbarbarização*, seriam palavras da moda em relação ao vulgo e determinados estratos sociais.

municipal do interior: desenvolvem, por exemplo, nos pontos típicos de bate-papo de rua o mesmo gosto pelo diz-que-diz, pelo falar da vida alheia, pela fuxicaria, não raro complementando no boato, na conversa fiada, no falatório sobre fulano e beltrano. Conversas, em suma, de uma sociedade ainda em larga escala, de compadres e comadres, disfarçada muitas vezes em “urbana”, do tipo sociológico puro de Max Weber.

Ainda há aquelas figuras folclóricas abambochadas, tipicamente tapiocanas e de *beer-tabé*, facilmente encontráveis em qualquer lugar, que se extasiam em criar motes, gracejos e rotulagens zombeteiras, com que alimentam suas conversas e disfarçam suas incapacidades intelectuais e morais.

Muito a propósito é a sugestiva lição de Oliveira Vianna quando diz que os “tipos urbanos”, apesar do brilho que possam ostentar, não passam, afinal, depois de bem analisados, de reflexos ou variantes do meio rural, a que pertencem – variantes do sertanejo, variantes do gaúcho, variantes do matuto. Se agora começam a ter uma caracterização especial, no passado, não obstante a situação que aparentam possuir, a sua posição é secundária – porque, na realidade, o tipo rural, que os defronta, praticamente os subordina<sup>30</sup>.

Por anos a fio, depois da independência política do país, o grande centro de gravitação da política nacional continua a ser, agora sob as malhas de um governo, a zona de elaboração do tipo matuto. O predomínio do meio rural (incluindo aí mentalidade, costumes, práticas etc) na direção política do país é algo que só recentemente, muito recentemente, deixou de se fazer sentir ostensivamente. Se no início a influência era poderosa, incontestável, determinante, hoje é silenciosa, vaga, subterrânea, mas persistente. Muitos dos costumes e práticas políticas em

<sup>30</sup> *Populações meridionais do Brasil – populações rurais do Centro-Sul*, Vol. I, p. 17. Talvez por isso, seja ainda difícil delimitar com precisão onde termina o interior e começa a cidade, onde termina o atraso e inicia-se a modernidade, ou como diz Roy Nash com muita atualidade, “ninguém sabe onde a civilização acaba e o sertão começa. Quando a gente se aproxima e tenta delinear um limite, ele se esvai qual miragem do deserto” (*A conquista do Brasil*, pp. 13-14).

voga encontram neste espetáculo sucúbico a sua origem e sua explicação.

As populações do interior são as matrizes da nacionalidade brasileira, delas, como diz O. Vianna, do seu espírito, da sua laboriosidade, de seu afluxo humano, é que vivem as cidades, e crescem e se desenvolvem. Elas explicam, por outro lado, pela sua formação e estrutura, muitas singularidades e deficiências da nossa evolução social e da nossa psicologia coletiva<sup>31</sup>.

Essa gente não tem consciência do poder que possui. Não compreende, na maioria das vezes, o que poderia conseguir se organizasse seus interesses. Tem firme na mente, como subproduto típico do pragmatismo de homem rústico, que qualquer ação conjunta de natureza reivindicatória, face à politicalha local, envolve riscos à sua segurança econômica de forma desproporcional à certeza de vantagens. Os únicos instrumentos postos à disposição para garantir seus desejos são a subserviência, o servilismo, a resignação, a timidez reverencial e o apoio incondicional ao mandão de turno. O arbítrio deste chefe determina as fronteiras dentro das quais os seus desejos devem operar e serem satisfeitos. Trabalha e vive sob o sentimento de inferioridade derivado da obediência perpétua a ordens, sem experiência nenhuma da confiança oriunda do hábito de mandar. Não discute os costumes políticos e as práticas sociais, pois tende a confundir as instituições herdadas como as únicas bases sólidas da sociedade, sob as quais não hesita em sujeitar-se.

Na classe dos políticos oportunistas, o espírito de facção sobrepuja o da coletividade, e isso os leva a ter por hábito espiolhar inimigos, perseguir adversários e esmagar com o peso da arbitrariedade qualquer crítica. Como um bandoleiro em fuga, ele não hesita, se for preciso, em arrasar uma praça, dizimar o inimigo e aniquilar o obstáculo. É um círculo vicioso em que se enreda no afã de defender, a todo custo, seu precário e frágil

---

<sup>31</sup> *Cit.*, p. 18.

poder. A essas características indesejáveis em combinação química com a obediência inconsciente do povo governado resulta na cultura perfeita para o desenvolvimento deste tipo específico de político.

Como já dito, uma das maiores qualidades de um político é a coragem. No caso do político de ocasião, do oportunista, do aventureiro, essa coragem degenera-se em um sucedâneo mal definido, um misto de covardia com temeridade, como o cão que ladra (ensaiando avanços) sem coragem de morder, apenas para infundir medo no adversário. É uma característica sintética, forjada para infundir reverência, ampliar prestígio e inspirar confiança ao grupo sectário mais íntimo ou na comparsaria, melhor dito; e medo, nos adversários.

Em seus cérebros distorcidos e desequilibrados pela ânsia de poder, qualquer idéia de dominação germina e floresce como semente em terra tropical, com raro poder de expansão. Apresentam uma versatilidade moral extraordinária, capazes de defenderem hoje uma idéia desaprovada ontem, desde que a vejam no momento como um degrau para um avanço político ou uma alavanca para soerguer um interesse pessoal. Em si todo ato tresanda a vício, toda atitude faz desconfiar um crime, toda manifestação trai uma segunda intenção e todo plano denuncia uma farsa criminosa. Assim é essa espécie de político: sempre indo além do que faz oficialmente e nem sempre de forma lícita e honesta. Guarda em si o espectro do crime, da calúnia e da imoralidade, descambando sempre no plano inclinado do arbítrio e da prepotência.

Não há freio de consciência ou barreira de lei, tendo força, rouba; tendo armas, mata. Certo da impunidade, surrupia e trucidada. Faz da mentira verdade e presta-se a todas as baixezas e indignidades para chegar a seus fins. Não há outra ética senão o próprio interesse, outro ídolo senão o dinheiro, outra moral senão a dos lobos, outro código senão o das aves de rapina. É, em suma, uma besta sob o domínio exclusivo da animalidade, sempre disposta a dessangrar e esbandulhar suas vítimas.

#### 4- A índole dócil e contemporizadora do povo brasileiro

Uma das características mais notáveis e salientes do caráter nacional, apontada à unanimidade de vozes, é a disposição à conciliação, ao acordo, ao ajuste, ao apaziguamento, ao meio-termo. Se tal regime de moderação pode parecer, em princípio, uma sublime virtude<sup>32</sup>, em análise mais profunda revela notas degenerativas como: transigência, contemporização, acomodação, mansuetude servil e até, pode-se aventar a hipótese, um complexo coletivo de inferioridade. E tais notas podem revelar ainda certo teor de fragilidade e resignação de nossa gente, mesmo diante de irrecusáveis direitos ou de clamorosas injustiças e violências.

Essas características, é fácil concluir, constituem fértil terreno onde germinam os políticos oportunistas, que facilmente se apropriam do mando e do governo político, esticando até o limite da complacência coletiva os abusos e as arbitrariedades, para tirar proveito das fraquezas de seus semelhantes.

Onde a origem dessa debilidade travestida de mansuetude contemporizadora de nosso povo? Segundo alguns, essa debilidade pode ser atribuída à opressão que Portugal exerceu por mais de três séculos, impondo um regime de desmoralização metódica. Para outra corrente, a falta de garantias pessoais, tão sensível desde a colônia, foi que nos tornou inclinados à conciliação dos conflitos, divergências e pendências, ainda quando arrimados em razões plausíveis ou apoiados no mais indiscutível direito. De qualquer forma, o tronco de onde provém todos esses males é um só: a forma de colonização imposta por Portugal.

Sem dúvida, foi o modelo de colonização com a supressão de direitos e garantias, a principal força motriz que plasmou o caráter nacional conservador e conciliatório, que leva,

---

<sup>32</sup> O afrancesado Joaquim Nabuco, de triste memória para a nossa brasilidade, dignificava tais características como “sentimentos de ordem do nosso povo” (*Apud* Alexei Bueno e George Ermakoff, *Duelos no serpentário...*, p. 290).

muitas vezes, a conciliar casuisticamente consciência com interesse (termos quase sempre moralmente antagônicos). É uma conduta doméstica e pública, presente em todos os recantos da vida social (política, econômica, jurídica, moral etc.). Herdamos do povo português seus vícios orgânicos.

A falta histórica e crônica de liberdade gerou no povo brasileiro, além do tom medrosamente contemporizador (mecanismo de sobrevivência social), uma submissão fácil, uma reverência vassala pelos espertos e desonestos políticos de plantão. Toda a sabedoria política do nosso povo se resume na resignação diante do fato consumado, como dizia Leclerc no apagar do século XIX.

Dois fatos servem para ilustrar, pelo confronto, as qualidades complacentes do nosso povo. O primeiro, descrito nos versos de Andrieux<sup>33</sup>, se dá na antiga Prússia, entre um simples moleiro e o Imperador. Em 1745, o imperador Frederico II da Prússia, ao olhar pelas janelas de seu recém-construído palácio de verão, não podia contemplar integralmente a bela paisagem que o cercava. Um moinho velho, de propriedade de seu vizinho, atrapalhava sua visão. Orientado por seus ministros, ordenou: destruam o moinho! O simples moleiro de Sans-souci não aceitou a ordem do soberano. O soberano, com toda a sua autoridade, dirigiu-se ao moleiro: “Você sabe quem eu sou? Eu sou o rei e ordenei a destruição do moinho!” O moleiro respondeu não pretender demolir o seu moinho, com o que o rei soberano redarguiu: “Você não está entendendo: eu sou o rei e poderia, com minha autoridade, confiscar sua fazenda, sem indenização!” Com muita tranquilidade, o moleiro respondeu: “Sim, se não houvesse Juízes em Berlim”. Ao que se desarmou a cólera de Frederico, feliz por achar na Prússia alguém que acreditava na sua justiça<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> François Andrieux (1759-1833) tornou-se conhecido pelo poema *Le meunier Sans-Souci*.

<sup>34</sup> É de se lembrar, que Frederico II figura entre os *déspotas esclarecidos*, nutrido com o leite grosso do Iluminismo voltaireano. Cf. Jean-Paul Bled, *Frédéric le Grand*.

Tempos depois (anota a tradição), o filho do moleiro quis ceder-lhe o terreno; e ele respondeu: “O vosso moinho não é vosso, nem meu: pertence à história...”<sup>35</sup>. O moinho (símbolo de liberdade) ainda impera soberano ao lado do Castelo (Palácio de Sans-souci, em Potsdam, cidade a 30 minutos de Berlim).

O segundo fato se passa em 1808, no Brasil colônia, com a chegada da família real no Rio de Janeiro tangida de Lisboa pelas patas da cavalaria de Junot. A comitiva de fujões atingia os milhares e como a Administração não dispusesse de imóveis para alojar todos, milhares de proprietários viram-se, assim, obrigados a alojar os intrusos em suas casas. Bastava o meirinho escrever à porta de uma casa as iniciais P. R. (Príncipe Regente)<sup>36</sup> para que seus ocupantes, proprietários, hóspedes e inquilinos se vissem imediatamente desalojados. E isso sem uma reclamação, sem um recurso legal, sem uma manifestação mais viva de indignação de povos livres ou amantes da liberdade. Mas apenas a passividade e resignação diante do fato consumado! É o velho coração brasileiro, sempre inclinado ao perdão, ao esquecimento, à resignação.

Nosso povo já nasceu sem ela (liberdade), diz A. Romero, e por isso, salvo alguns casos e exemplos excepcionais, não lhe sente a falta, já que sempre gozou, como sucedâneo ou recompensa, da mais ampla e irrestrita licença para manifestar e satisfazer os instintos primários e desprezar os valores intelectuais e morais, não ocultando sua admiração pelos desonestos e os tolos. Somos assim porque assim nos fizeram a falta de liberdade, o excesso de licenciosidade e a educação do medo (1967:15).

Com isso em mãos, fica fácil explicar porque nosso povo se deixa esmagar docemente por usurpadores e com igual facilidade se deixa ludibriar por impostores. Suporta por longo tempo governantes indignos para depois beber às cegas por qualquer imundo bocal que qualquer charlatão apresenta. Tolerar

<sup>35</sup> Larousse, *Les fleurs historiques*, Paris, p. 290.

<sup>36</sup> Traduzidas pelo conhecido espírito *blagueur* do povo carioca como “Ponha-se na rua”.

em silêncio e doce resignação, anos seguidos de prepotências, prevaricações, injustiças e delitos, para se comprazer, por um átimo de tempo, com felicitações protocolares de Natal e Ano Novo.

No fim das contas, a tradição do povo brasileiro de repulsa às soluções revolucionárias, de ruptura repentina com a ordem constituída, de vocação para resolver seus problemas sociais sem derramamento de sangue, será antes um defeito ou uma qualidade? Em tudo isso há o relativismo, onde dependendo da circunstância, uma virtude passa a vício e vice-versa. Não se pode, portanto, atribuir uma resposta definitiva à matéria. Porque embora seja essa a regra do caráter nacional, pontilhando, inclusive, momentos importantes de nossa história (a independência política, a abdicação, a maioridade, a abolição, a queda do império, o Estado Novo, o regime militar de 64), há hiatos em que se insinuou um espírito novo, aguerrido, revolucionário, radical (inconfidência mineira, revoluções de 17 e 24 em Pernambuco, Farrapos etc).

Talvez melhor fosse atribuir esse caráter contemporizador às classes dominantes do país, e não, propriamente, ao povo brasileiro. Se a história for submetida a uma revisão inteligente, veremos que as marchas políticas brasileiras sempre se operaram à revelia do povo, que em tudo se assemelha à atitude do carreiro do famoso quadro de Pedro Américo sobre o grito de independência de Pedro I: de alheação, surpresa e espanto. Ou quando da queda da Monarquia e ascensão da República, em que o povo assistiu aos acontecimentos, “bestializado”, na afirmação de Aristides Lobo.

A contemporização, a saída negociada das situações angustiosas, sempre foi um costume de elite, do grupo dirigente ou periférico ao poder político. Assim, só por um processo de contágio social secular é que se pode explicar porque tal característica tenha se agregado ao patrimônio coletivo brasileiro, descendo do pico da pirâmide à base, infiltrando-se por entre todos os estratos sociais e criando ligas comuns.

## 5- Considerações finais

Em conclusão, pode-se dizer com Costa Porto, que nada mais ridículo, e, ao mesmo tempo, trágico, do que a mentalidade dos homens públicos do Brasil, quando fortalecidos com as armas do poder e do mando. Entregue-se, a qualquer um desses improvisados caciques, a menor parcela de força e eles se julgam acima de críticas e censuras, o halo do cargo ou do prestígio servindo-lhes de *zaimph* sagrado, que os acoberte dos naturais julgamentos rigorosos, que são apanágio da vida democrática.(...) A história brasileira, nos Estados e municípios, não tem sido outra coisa<sup>37</sup>.

O mandonismo político, como procedimento de ação do poder público, permanece vivo e muito atual na política brasileira, desafiando os novos tempos e os novos valores democráticos. Há um imenso e secular acordo de silêncio e camaradagem entre os dirigentes dos rumos do país, responsável pela estabilidade do sistema político sobre bases e fundamentos ainda medievais. É o que Giovanni Sartori chama de *equilíbrio instável*, pois alicerçado sobre interesses pessoais altamente fluidos e superficiais. E assim, sobre os ombros de ídolos de barro, o país tem atravessado os séculos!

### Referências bibliográficas:

- AMORIM, Gomes de. *As duas fiandeiras*, Três, São Paulo.
- BALEIRO, Aliomar. (1957) *A política e a mocidade*. Progresso, Bahia.
- BARRETO, T. (1990) *Crítica política e social*. Record/INL, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (1962), *Estudos de direito e política*. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- BLED, Jean-Paul. (2004) *Frédéric le Grand*, Fayard.
- BUENO, Alexei e ERMAKOFF, George. (2005) *Duelos no serpentário – uma antologia da polêmica intelectual no Braisl*. G.

<sup>37</sup> *Ob. cit.*, p. 276.

- Ermakoff, Rio de Janeiro.
- CALMON**, Pedro. (1952) *História das idéias políticas*. Freitas Bastos, São Paulo.
- CASTRO NUNES**, J. de. (1957) *Alguns homens do meu tempo*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- CUVILLIER**, A. (1940) *Introdução à sociologia*. Saraiva, São Paulo.
- FERNANDES**, Florestan. (1973) *Comunidade e sociedade*. Nacional/USP, São Paulo.
- FILHO**, Luís Viana. *A Vida de Ruy Barbosa*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- LASKI**, Harold J. (1964) *Introdução à política*. Zahar, Rio de Janeiro.
- LERNER**, Max. (1960) *Civilização Norte-Americana*, vol. I, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- LIMA**, Oliveira. (1971) *Obra seleta*. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- MIRANDA ROSA**, Felipe Augusto de. *Sociologia do direito – fenômeno jurídico como fato social*. Zahar, Rio de Janeiro.
- MORAIS**, Pessoa de. (1965) *Sociologia da revolução brasileira*. Leitura, Rio de Janeiro.
- NASH**, Roy. (1950) *A conquista do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- ORTEGA Y GASSET**, José. (1987) *A rebelião das massas*. Martins Fontes, 1ª ed. bras., São Paulo.
- PAPINI**, Giovanni. *Cartas aos homens do papa Celestino VI*. Quadrante.
- PORTO**, Costa. (1951) *Pinheiro Machado e seu tempo – tentativa de interpretação*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- RODRIGUES**, João Gaspar. (2005) *O familismo amoral e as redes de parentesco: dominância social*, Revista Jurídica do Ministério Público do Amazonas, Vol. VI.
- ROMERO**, Abelardo. (1967) *A origem da imoralidade no Brasil*. Conquista, Rio de Janeiro.
- SARTORI**, Giovanni. (1997) *A Política*, trad. Sérgio Bath, UnB, 2ª ed., Brasília.
- SEIGNOBOS**, Charles. (1945) *Histoire sincere de la nation française*

- *essai d'une histoire de révolution du peuple français*. Trad. Anísio Teixeira. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- TARLÉ, E.** (1965) *Talleyrand – um diplomata da burguesia em ascensão*. Civilização brasileira, Rio de Janeiro.
- VIANNA, Oliveira.** (1987) *Populações meridionais do Brasil – populações rurais do Centro-Sul*, Vol. I., Itatiaia/EDUFF, Belo Horizonte.
- WOOTTON, Graham.** (1972) *Grupos de interesse – grupos de pressão e lobbying*. Zahar, Rio de Janeiro.